

## RELATÓRIO & CONTAS 2017



FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS MÃO AMIGA  
VALE DA ANTA – SILVA ESDRA  
3740 – 310 SEVER DO VOUGA PORTUGAL



FUNDAÇÃO DE  
EDITE COSTA MATOS  
MÃO AMIGA

## UMA PALAVRA DA PRESIDENTE

---

Em Portugal, o ano de 2017 fica marcado pela tragédia dos incêndios que assolaram o país e que tiraram a vida a mais de uma centena de pessoas. Pela proporção de tal tragédia e em solidariedade com todos aqueles que foram atingidos, não podíamos deixar de aqui fazer esta menção, esperando que tal nunca mais se repita.

Para a nossa Fundação, foi um ano intenso e de grandes desafios, essencialmente marcado por duas grandes intervenções sociais.

No âmbito do Projeto “Habitação Solidária”, e em parceria com a Câmara Municipal de Sever do Vouga e com a Associação “Just a Change”, promovemos a reabilitação de 11 habitações de famílias carenciadas do concelho de Sever do Vouga, a par de uma intervenção biopsicossocial que se prolongará no tempo. Aqui deixamos também uma palavra de apreço e gratidão a todas as Empresas, Fundações, Associações, Particulares e IPSS’s que a nós se juntaram nesta causa e que contribuíram para o sucesso da mesma.

Esta continuará a ser uma das grandes áreas de actuação da Fundação, estando já programado novo projecto para 2018 e com os mesmos parceiros base do Projecto de 2017, aos quais esperamos se juntem outros.

Acreditamos que uma habitação condigna está na base de qualquer vida sustentável e que através desta intervenção se criam laços comunitários, se promovem famílias e indivíduos e se sensibiliza toda uma comunidade a cuidar dos seus concidadãos.

2017 foi ainda o ano de promoção do “ Maneiras de Sever”, Projecto comunitário que visa fomentar o sentimento de pertença, de territorialidade e bem estar dos Severenses, desenvolvido no Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga, através de abordagens criativas e muito genuínas dos alunos do 1º ao 12ºano, mostrando ao concelho e ao mundo a sua riqueza pelas mãos destas crianças e jovens. Este projecto dá visibilidade artística ao património natural, histórico, cultural, gastronómico, empresarial, desportivo ou de individualidades severenses e procura colaborar no evitar da desertificação do interior e criar embaixadores do conhecimento e da sua terra.

FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS MÃO AMIGA  
VALE DA ANTA – SILVA ESCURA  
3740 – 310 SEVER DO VOUGA PORTUGAL



FUNDAÇÃO DE  
EDITE COSTA MATOS  
MÃO AMIGA

Temos o sentimento do dever cumprido e aos nossos parceiros o nosso agradecimento.

Uma palavra de apreço ao Conselho Superior, que, generosamente, nos tem apoiado e mostrado visões inovadoras na intervenção social. Ao Fiscal Único, o nosso obrigado por mais um ano de fiscalização das nossas contas, que serão sempre claras e transparentes.

Por último, ao Conselho de Administração, por generosamente oferecer também a sua disponibilidade numa causa tão nobre: ajudar, sustentavelmente, aqueles que mais necessitam.

Bem Hajam!

*Edite Costa Matos*

*( Presidente do Conselho de Administração )*

FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS MÃO AMIGA  
VALE DA ANTA – SILVA ESCURA  
3740 – 310 SEVER DO VOUGA PORTUGAL

TEL. +351 234 591 056 | FAX. + 351 234 591 056  
[INFO@FUNDACAOMAAMIGA.PT](mailto:INFO@FUNDACAOMAAMIGA.PT) [WWW.FUNDACAOMAAMIGA.PT](http://WWW.FUNDACAOMAAMIGA.PT)  
INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE UTILIDADE PÚBLICA | NIF. 509078974



**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Un: euros

RUBRICAS	Notas	31-12-2017		31-12-2016	
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativo não corrente</b>					
Activos fixos tangíveis	4	0,00	266,58		
Bens do património histórico e artístico e cultural					
Propriedades de investimento	4	261.337,58	265.946,74		
Activos intangíveis					
Investimentos financeiros		200,34	119,70		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros					
		<b>261.537,92</b>	<b>266.333,02</b>		
<b>Ativo corrente</b>					
Inventários	5	526,59	526,59		
Clientes					
Adiantamentos a fornecedores					
Estado e outros entes públicos	10.0	326,24	42,85		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros					
Outras contas a receber	10.1	171,07	71,70		
Diferimentos	10.2	433,31	341,21		
Outros activos financeiros	10.3	957,74			
Caixa e depósitos bancários	10.3	90.223,80	92.268,64		
		<b>92.638,75</b>	<b>93.150,99</b>		
<b>Total do ATIVO</b>		<b>354.176,67</b>	<b>359.554,01</b>		
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>					
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>					
Fundos patrimoniais	10.4	350.000,00	350.000,00		
Fundos					
Excedentes técnicos					
Reservas					
Resultados transitados	10.4	1.833,28	24.784,99		
Excedentes de rivalorização					
Outras variações nos fundos patrimoniais					
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-4.991,62</b>	<b>-22.951,71</b>		
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>345.041,66</b>	<b>351.833,28</b>		
<b>PASSIVO</b>					
<b>Passivo não corrente</b>					
Provisões					
Provisões específicas					
Financiamentos obtidos					
Outras contas a pagar					
<b>Passivo corrente</b>					
Fornecedores	10.5	501,63	1.130,32		
Adiantamentos de Clientes					
Estado e outros entes públicos	10.0	230,78	460,14		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros					
Financiamentos obtidos					
Diferimentos	10.2	1.700,00	1.700,00		
Outras contas a pagar	10.7	4.902,60	4.460,27		
Outros passivos financeiros					
		<b>7.335,01</b>	<b>7.750,73</b>		
<b>Total do Passivo</b>		<b>7.335,01</b>	<b>7.750,73</b>		
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>354.176,67</b>	<b>359.554,01</b>		

O Contabilista Certificado (Nº 52250)

A Direção



FUNDAÇÃO de  
EDITE COSTA MATOS  
MÃO AMIGA

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE UTILIDADE PÚBLICA | NIF. 509078974

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA NO PERÍODO FINDO EM 31.12.2017

Un: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS		
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	*		
Subsídios, subvenções e legados à exploração	+ 10.8	39.191,57	12.388,04
Variação nos inventários da produção	+/-		
Trabalhos para a própria entidade	+		
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-		
Fornecimentos e serviços externos	- 10.9	(4.398,45)	(4.955,00)
Gastos com pessoal	- 9	(25.357,81)	(27.614,09)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-/+		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+		
Provisões (aumentos/reduções)	-/+		
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-/+		
Outras imparidades (perdas/reversões)	+/-		
Aumento/reduções do justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	+ 10.10	12.630,75	12.445,29
Outros gastos e perdas	- 10.11	(22.228,03)	(10.947,68)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=	-161,97	-18.683,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 4	(4.876,09)	(5.038,78)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=	-5.038,06	-23.722,22
Juros e rendimentos similares obtidos	+ 10.12	77,23	770,51
Juros e gastos similares suportados	- 10.12	(30,79)	
<b>Resultado antes de impostos</b>	=	-4.991,62	-22.951,71
Imposto sobre rendimento do período	-/+		
<b>Resultado líquido do período</b>	=	-4.991,62	-22.951,71

O Contabilista Certificado (Nº 52250)

*Jusante*

A Direção

*Carvalho*



## **ANEXO AO BALANÇO & DR 2017**



*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Jusom' and '2017'.*

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Principais Políticas Contabilísticas .....	3
2.1	Bases de Apresentação .....	3
2.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	5
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	7
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	7
5	Inventários .....	8
6	Rédito.....	8
7	Imposto sobre o Rendimento .....	9
8	Benefícios dos empregados .....	9
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	9
10	Outras Informações .....	10
10.1	Outras contas a receber.....	10
10.2	Diferimentos .....	10
10.3	Caixa e Depósitos Bancários .....	10
10.4	Fundos Patrimoniais .....	11
10.5	Fornecedores .....	11
10.6	Estado e Outros Entes Públicos .....	11
10.7	Outras Contas a Pagar.....	11
10.8	Subsídios, doações e legados à exploração .....	12
10.9	Fornecimentos e serviços externos .....	12
10.10	Outros rendimentos e ganhos .....	12
10.11	Outros gastos e perdas .....	13
10.12	Resultados Financeiros .....	13
10.13	Acontecimentos após data de Balanço.....	13



## **1 Identificação da Entidade**

---

A “FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Fundação de direito privado” reconhecida por Despacho de 09-09-2009, do Secretário de Estado da Segurança Social e o respetivo registo lavrado em 17-09-2009, pela inscrição nº13/09, a fls. 08 Verso e 9, do livro nº7 das Fundações de Solidariedade Social, com sede em Vale da Anta, freguesia de Silva Escura, concelho de Sever do Vouga.

Tem como atividade prestar apoio, no território nacional, a qualquer pessoa ou instituição carenciadas, no âmbito social, psicossocial e sociológico, de saúde, educacional, de formação, jurídico, habitacional ou outro, desde que reconhecidos como incentivo à promoção individual, familiar ou institucional.

## **2 Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **2.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

#### **2.1.1 Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que, não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **2.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os





*Lucinda*  
*2017*

correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **2.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **2.1.4 Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **2.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **2.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



## 2.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 2.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

### 2.2.2 Propriedades de Investimento

Inclui essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da



*Susana  
Bento*

atividade corrente dos negócios. As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo custo histórico.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### **2.2.3 Inventários**

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico.

### **2.2.4 Instrumentos Financeiros**

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Os donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos e doadores que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Outras contas a Receber

As “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As diferenças entre os montantes recebidos e os correspondentes rendimentos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores por acréscimos de rendimentos”.

#### Diferimentos

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos a reconhecer são registados nas respetivas contas das rubricas “Diferimentos”.



Susana  
2017

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **2.2.5 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos e são compostos exclusivamente por fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade.

#### **2.2.6 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

### **3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

### **4 Ativos Fixos Tangíveis**

#### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro (valores em euros):



2017						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Abates	Transf.	Revalorização	Saldo final
Equipamento de transporte	10.004,13					10.004,13
Equipamento administrativo	11.995,70					11.995,70
Outros Ativos fixos tangíveis	2.539,65					2.539,65
<b>Total</b>	<b>24.539,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>24.539,48</b>
<b>Depreciações</b>						
Equipamento de transporte	10.004,12			0,01		10.004,13
Equipamento administrativo	11.728,86	266,93		-0,09		11.995,70
Outros Ativos fixos tangíveis	2.539,92			-0,27		2.539,65
<b>Total</b>	<b>24.272,90</b>	<b>266,93</b>		<b>-0,36</b>		<b>24.539,48</b>

**Valor líquido** 0,00

### Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos no período foram os seguintes (valores em euros):

2017						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Variações Justo Valor	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	75.000,00					75.000,00
Edifícios e outras construções	227.183,25					227.183,25
<b>Total</b>	<b>302.183,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>302.183,25</b>
<b>Depreciações</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	36.236,51	4.609,16				40.845,67
<b>Total</b>	<b>36.236,51</b>	<b>4.609,16</b>				<b>40.845,67</b>

**Valor líquido** 261.337,58

## 5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores (valores em euros):

Descrição	2017				2016			
	Inventário Inicial	Compras	Reclass. e Regul.	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Reclass. e Regul.	Inventário final
Mercadorias	526,59			526,59	526,59			526,59
MP, subs. e de consumo								
P. Acab. e Intermediários								
Subpr., desp., res. e ref.								
Prod. e trab. em curso								
<b>Total</b>	<b>526,59</b>			<b>526,59</b>	<b>526,59</b>			<b>526,59</b>

## 6 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos (valores em euros):



Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestações de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	0,00	0,00
Quotas e jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	77,23	770,51
Subsídios, doações e legados à exploração	39.191,57	12.388,04
Outros Rend. e Ganhos	12.630,75	12.445,29
<b>Total</b>	<b>51.899,55</b>	<b>25.603,84</b>

## 7 Imposto sobre o Rendimento

A Fundação está isenta de IRC.

## 8 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram 3. Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de 3 e em 2016 tinha sido 3.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes (valores em euros):

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	22.261,56	23.468,00
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	2.700,05	3.712,67
Seg. Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	214,50	268,96
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	181,70	164,46
<b>Total</b>	<b>25.357,81</b>	<b>27.614,09</b>

## 9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

*Jusant  
beta*

## 10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 10.1 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição (valores em euros):

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal		
Adiantamentos ao pessoal		
Devedores por acréscimos de rendimentos	148,93	71,70
Outros Devedores	22,14	
Perdas por Imparidade		
<b>Total</b>	<b>171,07</b>	<b>71,70</b>

### 10.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos (valores em euros):

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
	433,31	341,21
<b>Total</b>	<b>433,31</b>	<b>341,21</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
	1.700,00	1.700,00
<b>Total</b>	<b>1.700,00</b>	<b>1.700,00</b>

### 10.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo (valores em euros):

Descrição	2017	2016
Caixa	263,41	51,79
Depósitos à ordem	9.960,39	4.716,85
Depósitos a prazo	80.000,00	87.500,00
Outros	957,74	0,00
<b>Total</b>	<b>91.181,54</b>	<b>92.268,64</b>



#### 10.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações (valores em euros):

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	350.000,00			350.000,00
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	24.784,99		22.951,71	1.833,28
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais				
<b>Total</b>	<b>374.784,99</b>	<b>0,00</b>	<b>22.951,71</b>	<b>351.833,28</b>

#### 10.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma (valores em euros):

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	501,63	1.130,32
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas em recepção e conferência		
<b>Total</b>	<b>501,63</b>	<b>1.130,32</b>

#### 10.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma (valores em euros):

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
IVA	326,24	42,85
<b>Total</b>	<b>326,24</b>	<b>42,85</b>
<b>Passivo</b>		
IRS	19	89
Segurança Social	211,05	370,63
FGCT - Fundo Garantia Comp. do Trabalho	0,73	0,51
<b>Total</b>	<b>230,78</b>	<b>460,14</b>

#### 10.7 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma (valores em euros):



*Fusca  
10/12/17*

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Fornecedores de Investimentos				
Credores por acréscimo de gastos		4.893,59		4.453,97
Outros credores		9,01		6,30
Total	0,00	4.902,60	0,00	4.460,27

### 10.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados (valores em euros):

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	3.613,64	6.929,83
Subsídios de outras entidades	14.751,29	458,21
Doações e heranças	20.826,64	5.000,00
Legados		
Total	39.191,57	12.388,04

### 10.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte (valores em euros):

Descrição	2017	2016
Subcontratos		
Serviços especializados	1.024,52	1.891,13
Materiais	298,92	316,69
Energia e fluidos	548,94	371,25
Deslocações, estadas e transportes	357,50	259,85
Serviços diversos	2.168,57	2.116,08
Total	4.398,45	4.955,00

### 10.10 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma (valores em euros):

Descrição	2017	2016
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros (Rendas)	10.200,00	10.200,00
Outros rendimentos e ganhos	2.430,75	2.245,29
Total	12.630,75	12.445,29

*Susana  
2017*

### 10.11 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma (valores em euros):

Descrição	2017	2016
Impostos		
Outros	3.781,46	
Custos com apoios concedidos a utentes	18.446,57	10.947,68
<b>Total</b>	<b>22.228,03</b>	<b>10.947,68</b>

Nesta rubrica, o destaque vai para os "Custos com apoios cedidos a utentes" uma vez que é este o sentido da existência da FMA, que se desdobram do seguinte modo, de acordo com o plano de ações definido no início do ano:

- Apoio no âmbito da educação: 5.671,88€
- Apoio no âmbito da habitação: 7.941,78€
- Apoio ao nível da educação social (supressão das necessidades básicas como a alimentação, o vestuário, outros...): 4.832,91€

### 10.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares (valores em euros):

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	1,09	
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	29,70	
<b>Total</b>	<b>30,79</b>	<b>0,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	77,23	770,51
Dividendos obtidos		
Outros Rendimentos similares		
<b>Total</b>	<b>77,23</b>	<b>770,51</b>

### 10.13 Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período e, até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.



Silva Escura, 31 de Março de 2018

O Contabilista Certificado

A Direção

## PARECER DO FISCAL ÚNICO

Nos termos do artigo 21º dos Estatutos da **"FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA"**, o Fiscal Único apreciou o Relatório e Contas do ano de 2017 tendo verificado todos os documentos julgados necessários e recebido da Administração os esclarecimentos solicitados.

As contas apresentadas pela Administração relativas ao ano de 2017, satisfazem os princípios legalmente estabelecidos, traduzindo a situação da Instituição nos aspectos financeiros e patrimoniais.

Assim, o Fiscal Único da **"FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA"**, propõe ao Conselho Superior a aprovação das contas referentes ao ano de 2017.

Porto, 7 de maio de 2018

O Fiscal Único,

António Baptista, Elísio Quintas e Lino Vieira - S.R.O.C.  
representada por

  
Dr. António Abel Pereira Baptista - R.O.C. Nº 518

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS****RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **“FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA”**, que compreendem o balanço em **31 de dezembro de 2017** (que evidencia um total de 354.177 euros e um total de capital próprio de 346.842 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.992 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **“FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA”**, em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção **“Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”** abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou,

caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Porto, 07 de maio de 2018

“António Baptista, Elísio Quintas e Lino Vieira - S.R.O.C.”

representada por



**Dr. António Abel Pereira Baptista - R.O.C. nº 518**

ANTÓNIO BAPTISTA, ELÍLIO QUINTAS  
ELÍLIO QUINTAS, LINO VIEIRA  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas